



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CURSO DE PEDAGOGIA
POLO GUARABIRA**

EDILEUSA QUERINO DA SILVA

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO
DE CAIÇARA/PB: EXPERIÊNCIAS COM EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Guarabira/PB

2019

EDILEUSA QUERINO DA SILVA

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO
DE CAIÇARA/PB: EXPERIÊNCIAS COM EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como requisito obrigatório para conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia-PARFOR/UEPB, sob orientação da Profa. Dr. Luciene Vieira de Arruda.

Guarabira/PB

2019

S586e Silva, Edileusa Querino da.
Estágio supervisionado em Unidades Educacionais do Município de Caiçara/PB: [manuscrito] : experiências com educação inclusiva / Edileusa Querino da Silva. - 2019.
42 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Primeira Licenciatura em Pedagogia do Parfor) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - Guarabira , 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Luciene Vieira de Arruda , Departamento de Geografia - CH."
1. Estágio Supervisionado. 2. Pedagogia. 3. Educação inclusiva. I. Título

21. ed. CDD 370.115

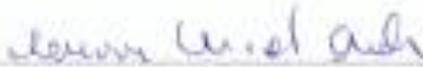
EDILEUSA QUERINO DA SILVA

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO
DE CAICARA/PB: experiências com educação inclusiva

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como
requisito obrigatório para conclusão do Curso
de Licenciatura Plena em Pedagogia -
PARFOR/UEPB, sob orientação da Profa. Dr.
Luciene Vieira de Arruda.

Aprovada em: 03/05/2019

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Luciene Vieira de Arruda (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Guarabira/PB

2019

Dedico este trabalho ao meu esposo que muito me incentivou a prosseguir, aos meus filhos, netos, e a todos os meus familiares, pois espero ser motivo de orgulho e espição para cada um deles.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, o todo poderoso, que me permitiu chegar ao término deste curso, mostrando-me pessoas que foram verdadeiros anjos para me ajudar.

Ao meu pai José Querino Sobrinho e a minha saudosa mãe Maria José Querino, pois sempre acreditaram em mim, assim como também a todos os meus irmãos, sobrinhos e demais familiares.

As minhas queridas amigas confidentes Severina Bezerra Pontes (Preta), Andreia Bernardo da Silva, Ozanielly Soares de Oliveira, bem como a todos os colegas da turma com quem convivi e compartilhei alegria, tristeza e frustrações.

A minha querida orientadora Professora Dra. Luciene Vieira de Arruda, muito obrigada, pela atenção, paciência compreensão, por saber das muitas dificuldades e mesmo assim me incentivou, e pela simplicidade e leveza que conduziu a orientação do estágio supervisionado I, II e III e esse trabalho [TCC].

A professora coordenadora do PARFOR local, Monica de Fatima Guedes de Oliveira, pois esteve sempre pronta a nos ajudar em qualquer situação.

Ao MEC, [MINISTERIO DA EDUCACAO], que nos deu a oportunidade de ingressar em uma universidade pública, e melhorar profissionalmente nossas práticas através do PARFOR, o qual tornou um sonho realidade.

A UEPB que possibilitou cursar e chegar ao final de tão fundamental graduação, pois sem o convenio da UEPB junto ao MEC, nada disso teria se concretizado.

Meu outro filho está matriculado em uma escola particular. Quando eu tive a minha filha com deficiência intelectual, quis matriculá-la na mesma escola, mas não aceitaram. Até que alguém me sugeriu procurar uma escola da periferia. Resisti um pouco, tinha preconceito em relação às escolas públicas. A diretora me recebeu muito bem e chamou a professora do AEE, que pegou a minha filha no colo e disse: vem cá que eu vou te mostrar a tua escola.

Mãe de aluna (Depoimento extraído do livro “Escola para todos”)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1: Localização do município de Caiçara/PB. | 24 |
| Figura 2. Aspectos da fachada da Creche Municipal Maria Juventina Costa de Oliveira, Caiçara/PB. | 25 |
| Figura 3. Aspectos do interior da Creche Municipal Maria Juventina Costa de Oliveira, Caiçara/PB. | 25 |
| Figura 4. Cotidiano das crianças na Creche Municipal Maria Juventina Costa de Oliveira, Caiçara/PB. | 29 |
| Figura 5. Atividades das crianças da Creche Municipal Maria Juventina Costa de Oliveira, Caiçara/PB. | 29 |
| Figura 6. Contação da história, Creche Maria Juventina Costa de Oliveira Caiçara/PB. | 30 |
| Figura 7. Crianças do Berçário, Creche Municipal Maria Juventina Costa de Oliveira, Caiçara/PB. | 30 |
| Figura 8. Sala do AEE da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Alves de Carvalho, Caiçara/PB. | 33 |
| Figura 9. Atividade de pintura, Escola Municipal de Ensino Fundamental João Alves de Carvalho, Caiçara/ PB. | 33 |
| Figuras 10 e 11. Atividades de matemática utilizando o jogo de boliche no Instituto Educacional Hadassah, Caiçara/PB. | 37 |
| Quadro 1. PLANO DE AULA DO Atendimento Educacional Especializado (AEE). | 34 |
| Quadro 2. PLANO DE AULA DO Atendimento Educacional Especializado (AEE). | 34 |
| Quadro 3. Quadro 3. Plano de aula. 2º Ano do Ensino Fundamental 1 - Instituto Educacional Hadassah. | 35 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CNE - Conselho Nacional de Educação

CPRM - Serviço Geológico do Brasil

DCNEM - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EEEF - Escola Estadual de Ensino Fundamental

EJA - Educação de Jovens e Adultos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores

PCNEM - Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio

PME - Plano Municipal de Educação

PPP - Projeto Político Pedagógico

TIC - Tecnologias da Informação e da Comunicação

UEPB - Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 14 |
| 2.1 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO E SUA IMPORTÂNCIA PARA O PROFISSIONAL DE PEDAGOGIA | 14 |
| 2.2 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL | 17 |
| 2.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO UM DESAFIO – O Atendimento Educativo Especializado (AEE) | 18 |
| 3 MATERIAL E MÉTODOS | 22 |
| 3.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS E SOCIAIS DA ÁREA EM QUE SE INSEREM AS UNIDADES ESCOLARES UTILIZADAS NA PESQUISA | 24 |
| 3.2 IDENTIFICAÇÃO E ESTRUTURA FUNCIONAL DAS UNIDADES ESCOLARES | 26 |
| 3.2.1 Creche Municipal Maria Juventina Costa de Oliveira | 26 |
| 3.2.2 Escola Municipal de Ensino Fundamental João Alves De Carvalho | 27 |
| 3.2.3 Instituto Educacional Hadassah | 29 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO | 30 |
| 4.1 ATIVIDADES REALIZADAS NO ESTÁGIO I – OBSERVAÇÃO | 30 |
| 4.2 ATIVIDADES REALIZADAS NO ESTÁGIO II – OBSERVAÇÃO E PLANEJAMENTO | 32 |
| 4.3 ATIVIDADES REALIZADAS NO ESTÁGIO III – OBSERVAÇÃO, PLANEJAMENTO E PRÁTICA | 35 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 39 |
| REFERÊNCIAS | 41 |

11605. CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

SILVA, Edileusa Querino da. **Gestão escolar em unidades educacionais do município de Caiçara/PB, com ênfase na educação inclusiva.** (Trabalho de Conclusão de Curso orientado pela Prof. Dr. Luciene Vieira de Arruda), UEPB, 2019, 43p.

RESUMO

O estágio supervisionado tem sido uma disciplina obrigatória e essencial para a formação dos futuros professores. Essa experiência dá subsídio aos futuros profissionais por meio de análises de como acontece a articulação entre teoria e prática. As observações no cotidiano escolar possibilitam ao aprendiz desenvolver competências próprias da atividade profissional, e a contextualização de conhecimentos teóricos agenciando as vivências práticas na disciplina de Pedagogia. Nesse contexto, o objetivo da presente pesquisa é conhecer o cotidiano da gestão escolar em unidades educacionais do município de Caiçara/PB e a sua preocupação com a educação inclusiva, a partir das atividades obrigatórias do Estágio Supervisionado do Curso de Pedagogia/PARFOR da UEPB, em suas partes: I (OBSERVAÇÃO), II (OBSERVAÇÃO, PLANEJAMENTO E PRÁTICA no Ensino Infantil) e III (OBSERVAÇÃO, PLANEJAMENTO E PRÁTICA no Ensino Fundamental I), destacando sua importância para o desenvolvimento do graduando para a prática docente. A partir dessa experiência, levantamos algumas discussões acerca da importância da educação inclusiva e da didática utilizada pelo educador, o que possibilita a evolução do conhecimento e a inclusão gradativa do educando levando-o a uma educação de qualidade, que os prepara para uma vida ativa na sociedade. Os resultados obtidos neste trabalho foram satisfatórios, tendo como consequências à consolidação de percepções teóricas e práticas no ambiente escolar, como também a preparação para atuar como educadora polivalente no ensino Fundamental I, concomitante à educação inclusiva. Esta prática nos proporcionou analisar a relação do ensino aprendizagem entre o professor e o aluno inclusivo, permitindo perceber que o fator integracionista é crucial para a participação de todos os envolvidos para construção dos conhecimentos socioculturais.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado, Pedagogia, Educação Inclusiva.

1 INTRODUÇÃO

A experiência do estágio supervisionado é essencial para a formação integral dos alunos de licenciatura do Ensino Superior. O estágio supervisionado no Brasil ganhou duas leis muito importantes diante das normas da LDB: a Lei do Piso Nacional do Professor- (lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008), que institui o piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica; e a Lei do Estágio de Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008; (Brasil, 2008 b). Além das leis citadas anteriormente, existe ainda o parecer nº 28/2001 (BRASIL, 2002), que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de formação de professores da educação básica em nível superior.

O estágio supervisionado proporciona ao futuro profissional de educação a capacidade de reproduzir e avançar para transformar esse conhecimento em uma base sólida na educação. Os professores que colaboram para que o estágio aconteça, esperam que adquiramos experiências e prática para abordarmos na área de estudo e na realidade vivenciada. Precisamos olhar e pensar o mundo de formas diferentes, para construir um novo aprendizado que permita ao educando enxergar o mundo com outros olhos, com os olhos de quem tudo pode (alcançar).

O estágio supervisionado é um período muito importante na formação inicial dos professores e esperado pelos estudantes dos cursos de licenciatura com muita expectativa (MILANESI, 2008). Trazemos conosco a esperança de uma educação melhor e de qualidade para nossos futuros educandos, e para nós, estudantes que estamos para nos transformar em educadores mais competentes, para lidar com as situações e os problemas que irão surgir pelo caminho.

O estágio supervisionado é a base concreta das experiências vivenciadas em sala de aula, no qual se fundamentam tanto a teoria quanto a prática. A teoria é o movimento do pensamento, do ato cognitivo para compreender determinado fenômeno que se expressa na realidade; já a prática é toda ação que fazemos para realizar os objetivos que desejamos alcançar.

No âmbito do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), os discentes precisam cumprir uma carga horária dividida em três momentos intitulados: Estágio Supervisionado I, onde acontece o momento da observação; Estágio Supervisionado II, que é o momento da preparação de projetos; e Estágio Supervisionado III, quando se dá o momento da regência.

Nesse contexto, o estágio supervisionado, em suas fases I, II e III, ocorreu em unidades educacionais da Cidade de Caiçara/PB, por ser o município da estagiária. O Estágio I se deu na Creche Maria Juventina Costa de Oliveira, na fase de observação. O período de realização foi do dia 05 de outubro de 2017 até o dia 30 de novembro de 2017; O Estágio II ocorreu na Escola Municipal de Ensino Fundamental João Alves de Carvalho, no período de maio a abril de 2017; O Estágio III ocorreu no Instituto Educacional Hadassah, no período de novembro a dezembro de 2018. Os estágios II e III foram divididos em três momentos: observação, planejamento e prática.

O objetivo deste trabalho é adquirir conhecimento, planejamento, convivência e prática na docência pedagógica, como obrigatoriedade para a disciplina de Estágio Supervisionado do curso de Pedagogia. Particularmente, aborda a Educação Inclusiva e como as escolas objetos da presente pesquisa vêm lidando com esse desafio.

O presente trabalho de estágio está organizado da seguinte maneira: No capítulo 1, fazemos uma introdução; no 2º capítulo está fundamentação teórica; No capítulo 3 são descritos os materiais e métodos da pesquisa; no capítulo 4 constam as etapas realizadas durante as fases I, II e III do estágio supervisionado, enfatizando a educação inclusiva; No capítulo 5 estão as considerações finais e, por último, as referências utilizadas no presente trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO E SUA IMPORTÂNCIA PARA O PROFISSIONAL DE PEDAGOGIA

A prática do estágio supervisionado nos remete a pensar na relação entre teoria e prática no exercício da formação profissional. Sobre essa relação entendem a prática como exclusiva da intervenção profissional, e a teoria como algo específico do âmbito acadêmico.

Para desfazer essa confusão, nasce a necessidade de observarmos, como acontece este processo entre teoria e prática no âmbito escolar. De acordo com o parecer CNE/CP 28/2001, especifica que é preciso considerar outro componente curricular obrigatório integrado à proposta pedagógica:

Estágio curricular supervisionado de ensino entendido como o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio curricular supervisionado supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário (PARECER CNE/CP 28/2001, p.10).

De acordo com o parecer supracitado, o estágio é um momento de formação profissional do discente e não é uma atividade facultativa, sendo uma das condições para a obtenção da respectiva licença, devendo ocorrer pelo exercício direto, ou pela presença participativa em ambientes próprios de atividades daquela área profissional.

O estágio, ainda segundo esse parecer, é o momento de preparação imediata em uma unidade de ensino. Essa compreensão nos impulsiona a afirmar que os instrumentos utilizados na prática profissional resultam específica de alguma determinada teoria. A realidade, construída por meio da vida prática, é anterior ao movimento do conhecimento, é o seu ponto de partida e de chegada. De acordo com Santos (2010):

A teoria se distingue da prática, é ato do pensamento, o qual, todavia, dirige-se para um objeto – produto da prática, ou seja, a teoria almeja o conhecimento da constituição do concreto, entretanto, esse concreto tem sua gênese na prática, é nela que se expressam as determinações do objeto. Dessa forma, teoria e prática se distinguem ao mesmo tempo em que estabelecem uma relação de unidade (SANTOS, 2010, p.27).

Nesse sentido, teoria e prática possuem movimentos específicos, mas formam uma unidade na diversidade. Como afirma Lima (2004), o estágio não é a “hora da prática”, mas

um espaço de unidade, por possibilitar uma prática fundamentada numa teoria em confronto com a realidade, numa relação dialética que as inter-relaciona, recriando-as no cotidiano.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio no art. 16, em seus capítulos VI e VII, ressaltam que:

Articulação entre teoria e prática, vinculando o trabalho intelectual às atividades práticas ou experimentais; integração com o mundo do trabalho por meio de estágios de estudantes do Ensino Médio, conforme legislação específica (DCNEM 2013, p.199).

Desta forma, essa conjuntura entre teoria e prática no âmbito educacional, constitui-se um dos princípios básicos para a construção do futuro profissional no mundo do trabalho. A partir desse pressuposto, observamos que a teoria não é uma fôrma a qual se encaixa na prática, tendo em vista que as determinações do concreto são mais dinâmicas do que sua compreensão teórica.

Neste contexto, o estágio tem subsidiado a contextualização da teoria com a prática por meio de experiência de campo, além de ser uma ferramenta crucial no processo introdutório do profissional na área na qual o mesmo pretende atuar. Diante deste pressuposto o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), especifica os fins que o estágio supervisionado pode oferecer ao estagiário;

Entre outros objetivos, pode-se dizer que o estágio curricular supervisionado pretende oferecer ao futuro licenciado um conhecimento do real em situação de trabalho, isto é diretamente em unidades escolares dos sistemas de ensino. É também um momento para se verificar e provar (em si e no outro) a realização das competências exigidas na prática profissional e exigíveis dos formandos, especialmente quanto à regência (Parecer CNE/CP nº 28/2001, p.10)

Desta forma, acreditamos que o estágio supervisionado permite ao estagiário em sua formação inicial, analisar as aulas como uma nova possibilidade de adquirir conhecimentos e experiências, as quais nos tornarão melhores e, como dizia Freire (1996), conscientes do nosso inacabamento, visto que estamos constantemente em formação.

O termo “formação inicial”, como se sabe, é criticado [...] pelo fato dessa formação iniciar-se muito antes da entrada em um curso ou programa que se desenvolve em uma instituição de ensino superior. Como se sabe, a profissão docente é *suis generis*, pois, mesmo antes da sua escolha ou de seu exercício, o futuro profissional já conviveu aproximadamente 12.000 horas com “o professor” durante o seu percurso escolar (LORTIE, 1975 apud DINIZ PEREIRA, 2007, p.86).

Nesse sentido, esta experiência tem impulsionado na construção de modelar para o entendimento do que seja “o professor”, “a aula”, “ou do que seja o processo de ensino aprendido”. As pesquisas que foram realizadas âmbito educacional, mostram que os estágios e as práticas de ensino, não são capazes de mudar as compreensões anteriores dos alunos, futuros professores, sobre a complexidade do que é o ensino-aprendizagem.

Existe todo um processo de preparação docente que ocorre na universidade durante a formação inicial, cujo entorno é carregado de significados apresentados no curso de licenciatura, porque somos formados como sujeitos socioculturais, vinculados às práticas sensíveis de um lugar, espaço e tempo.

Neste processo da construção docente, o estágio também oferece a prática da regência, período que se resume ao exercício da prática pedagógica. É preciso se ater para o fato de que há certa generalização quanto ao uso desse termo “prática pedagógica” e que nem sempre determinadas práticas podem ser denominadas como pedagógicas, principalmente quando não atingem a sua função principal, em relação ao ensino aprendizagem. Nesse sentido,

A função principal da prática pedagógica é a de desenvolver o processo ensino-aprendizagem. Essa prática deve estar pautada numa aliança entre educador e educando com um único objetivo, a aprendizagem e o desenvolvimento do educando, devendo, portanto, ambos exercer uma ação de aliados (MILANESI *et. al.*, 2008, p.141).

Deste modo, a prática pedagógica deverá estar condizente com as especificidades do educando, ou seja, o educador deve unir sua didática aos conhecimentos prévios do educando. Promovendo o acesso aos diversos pilares do conhecimento de forma dualística e harmônica. Onde ambos possam refletir e participar do processo construtivo para o saber de forma interdisciplinar.

Lima (2006, p.35) afirma que “o mundo atual requer um novo tipo de profissional, cujos saberes sejam polivalentes e, sobretudo, amplos e sólidos, para corresponder às peculiaridades e ao caráter multifacetado da prática pedagógica”. Portanto, percebemos a necessidade de envolver todos os sujeitos, professor da disciplina, alunos e estagiário, para construção de conhecimentos e compartilhamentos de saberes.

A ação do trabalho docente no âmbito educacional deve mediar as concepções pedagógicas com o objetivo de obter resultados expressivos no processo da transmissão do saber, criando novas possibilidades e oportunizar ao educando de descobrir suas habilidades

críticas reflexivas para a construção de uma mentalidade humanística racional consciente. Conforme Rojas, Souza e Cintra (2008):

Faz-se necessário, no contexto escolar, de um profissional que acredite na mudança, nas possibilidades, nas ambiguidades, que ouse, que invente, que faça, que se refaça no cotidiano, refazendo sua postura ante sua experiência. A educação grita desesperadamente à procura de pessoas comprometidas com seu caminhar e pessoas que se admiram desse processo, que admiram a vida, que admiram o próprio processo de educar, pessoas acima de tudo competentes, coerentes, perseverantes, que acreditam nos sujeitos, nas mudanças, enfim, na educação (SOUZA E CINTRA, 2008, p.31).

Nesta perspectiva, entender o mundo como um processo em constante de transformação, é uma das competências essenciais para o futuro profissional que deseja atuar na educação, e está preparado para atender as “novas” condições que a modernidade tem propulsionado em seu avassalador desenvolvimento científico e tecnológico.

Assim, compreendemos a responsabilidade do educador na construção social do educando. Tais elementos devem surgir e ser aperfeiçoados continuamente no decorrer da profissão docente. Assim, se faz necessário uma formação profissional com senso crítico e que acredite em mudanças no contexto escolar.

2.2 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A infância é a fase decisiva na história de cada vida, é que são as primeiras experiências que formam a base do caráter, do equilíbrio emocional e do sadio relacionamento interpessoal. É na infância que a criança passa a se conhecer, para ela que agora vai ingressar em um ambiente hostil, ou seja, a escola ou creche, nunca conhecida antes em meio a tantas turbulências que irá passar o seu cotidiano.

Situações novas, que é, está dentro de um universo onde iram se incorpora, sem perder suas individualidades, cujas imposições nem sempre estão de acordo com seus impulsos, esses impulsos primitivos que o indivíduo traz consigo desde o seu nascimento. São reflexos que lhe garante a sobrevivência, dentro da sua espécie.

De acordo com Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a (Lei n 8.069, de 13 de julho de 1990.) Art4: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes a vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao esporte, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Tendo em vista, de que os direitos das crianças e dos adolescentes estão explícitos para todos. É nosso dever como futuros pedagogos, por em pratica tudo o que já foi sancionado na lei.

Segundo Rousseau, a criança precisa de liberdade para viver e aproveitar cada fase da sua vida em seu devido tempo e não ser considerada um adulto em miniatura. O autor afasta a possibilidade de a criança ser confundida com o adulto, e enfatiza a necessidade dela ser tratada de fato como criança, quando afirma: "amai a infância, favoreceis as brincadeiras, seus prazeres, seu amável instinto" (ROUSSEAU, 2004, p.72).

Nos dias atuais, em que novos saberes estão surgindo, temos que estão abertas as mudanças, inserir novos conteúdos as nossas práticas, para que possamos contribuir na aprendizagem dos nossos alunados. Propostas já estão surgindo onde vai ser possível aprender brincando, encerrar desafios é sempre difícil, mais temos que lutar para fazer com que a educação mude.

Para que todos possam usufruir dessa vitória, com base nessa nova etapa do estudo, que irá ocorre na creche Maria Juventina Costa de Oliveira ampliará os meus conhecimentos sobre os direitos das crianças para que tenham um atendimento de qualidade, que respeite suas particularidades de sujeitos em desenvolvimento. Como está previsto nas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n 9394/1996), "Art.29. A educação, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade".

2.3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO UM DESAFIO – O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

A inclusão da pessoa com deficiência no âmbito escolar é um debate atual que demanda a organização de várias propostas de trabalhos, pelas especificidades inerentes a pessoa humana e pelas diversas barreiras existentes no contexto escolar.

Ao se pensar essa inclusão e importante refletir acerca do que é incluir de fato, já que se trata de um tema polêmico, do ponto de vista da pratica educacional. De acordo com Sasaki (2006), a integração propõe a inserção parcial do sujeito, enquanto que a inclusão propõe a inserção total. Para isso, a escola, como instituição que legitima a pratica pedagógica e a formação de seus educandos, precisa romper com a perspectiva homogeneizadora e adotar estratégias para assegurar os direitos de aprendizagem de todos. Contudo, tais estratégias

dependem das especificidades de cada pessoa, da experiência, e da criatividade e observação do professor com sensibilidade e acuidade, além de uma formação inicial e continuada que e o encaminhe para isso.

Documentos como a Declaração de Salamanca (1994)¹ defendem que o princípio norteador da escola deve ser o de propiciar a mesma educação a todas as crianças, atendendo as demandas delas. Nessa direção a inclusão traz como eixo norteador a legitimação de diferença (diferentes praticas pedagógicas) em uma mesma sala de aula para que o aluno com deficiência possa acessar o objeto de conhecimento.

O termo “acessar” aqui tem um papel crucial na legitimação da diferença em sala de aula, pois e preciso permitir ao aluno que tenha acesso a tudo, por outras vias, que eliminem as barreiras existentes. Isso poderá ocorrer por meio de alternativas diversas (jogos, brincadeiras e experimentação de diferentes estratégias) que o professor precisara buscar para tratar do conhecimento em sala de aula, perpassando, portanto, como se disse anteriormente, pela sensibilização, criatividade e formação necessárias a esse professor.

Assim, dentro da perspectiva social de deficiência podemos afirmar que a pessoa com deficiência procura outro percurso de desenvolvimento distinto daquele que está impedido biologicamente (VYGOTSKY, 2004). É importante ressaltar que a concepção de que os alunos não começam sua apropriação do sistema de escrita alfabética do zero também é válida para crianças com deficiência (REILY, 2004). A escola deve disponibilizar recurso e tecnologias assistivas, a fim de promover condições de acessibilidade assegurando plena participação e possibilidade de aprendizagem as crianças com deficiência em igualdade de oportunidade com as demais crianças.

No âmbito da teoria sócio-histórica, uma educação inclusiva deve ser fundamentalmente de caráter coletivo e considerar as especificidades dos estudantes. Por meio das interações sociais, e pela mediação semiótica dá-se a reorganização do funcionamento psíquico de pessoas com e sem deficiência, favorecendo-os o desenvolvimento em diferentes dimensões.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) se apresenta como antônimo e sinônimo da educação especial no tocante às políticas educacionais brasileiras. Essa formulação de significados se dá no entendimento de que os textos políticos são passíveis de interpretações. Em se tratando do termo em análise, percebemos que o mesmo apareceu pela primeira vez na legislação educacional, no texto da constituição Federal de 1988, uma vez que

¹ A Declaração de Salamanca (Salamanca - 1994) é uma resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática em educação especial.

antes disso a referência nos documentos legais sobre a escolarização dos estudantes com deficiência se pontuava como educação especial.

Segundo Mendes e Malheiro [2012.P.351]:

[...] a novidade do termo AEE na CF1988 parece tentativa de substituir o termo educação especial, possivelmente com intuito de demarca a preferência pela escolarização nas escolas comuns e não nas escolar e classes especiais, como era costume na época na época. Portanto, o atendimento educacional não era, logo, eram antônimos.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB, LEI N° 9.394/1996), dispositivos indicam que nenhuma criança e adolescente na faixa etária da escolarização obrigatória podem ficar fora de escola. O início III DO ARTIGO 4° aponta que será garantindo o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” [Lei N° 9.394/1996,2010, P. 9].

A LDB/1996 também trouxe novamente à tona o termo educação especial com modalidade da educação básica assegurando o serviço de apoio especializado, quando necessário. Na opinião de Mendes e Malheiro [2012, p.355], “na LDB, os termos educação especial, atendimento educacional especializado e serviços de apoio especializado aparecem como sinônimos.”

Nessa luta pela educação inclusiva, a resolução n° 02/2001 que institui as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, objetivou normatizar os artigos postos na LDB/1996. A partir do artigo 1, da resolução n° 02/2001 já podemos perceber algumas mudanças, uma vez que fica garantida a matrícula dos estudantes com necessidades educativas especiais cabendo a escola permitir que tais estudantes possam ter uma educação de qualidade social, sendo necessário, portanto, a garantia de insumos e políticas públicas.

O artigo 3° da mesma resolução reforçou a educação especial como modalidade da educação básica, defendendo uma proposta pedagógica com base em:

Recursos, serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (Brasil,2001).

Operamos com a noção de que a educação especial não deve se constituir como um sistema paralelo, mas sim perpassando praticas, espaços e sujeitos na escola. Sendo assim,

compreendemos o atendimento educacional especializado definido como um serviço de apoio a escolarização na classe comum. O decreto nº 6.253/2007 [BRASIL,2000a], o decreto nº 6.571/2008], e a resolução nº4/2009 [BRASIL, 2009] nos direcionam a essa compreensão, uma vez que os serviços especializados devem ser garantidos aos estudantes que estão matriculados em classes comuns.

Nessa perspectiva Mendes e Malheiros [2012] apontam que com o recebimento de recursos e equipamentos por parte dos sistemas públicos de ensino, a composição das salas de recursos multifuncionais propiciou o AEE como serviços de apoio especializado na escola. Nesse contexto, o decreto nº 7.611 em 17 de novembro de 2011, o qual dispõe “sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e da outra providencias”, apresenta em seu artigo 2º, s 1 que o AEE compreende “conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente”.

O AEE nas salas de recursos multifuncionais se apresenta como uma árdua tarefa para a perspectiva da educação inclusiva, a qual prevê a inclusão dos estudantes com necessidades educativas especiais em salas de aula comuns. Smelter, Rasch, e Yudewitz [1994, p. 35] assumem um sentido de inclusão escolar por meio de uma prática que envolver: “[...]manter estudantes de educação especial em salas de aulas do ensino comum e trazendo também os serviços de apoio à criança, em vez de levar a crianças aos serviços de apoio “.

Perante o exposto, indagamos o trabalho do professor especialista responsável pela sala de recursos multifuncionais, problematizando suas práticas pedagógicas. Como lidar com o AEE na escola? Quem são os atores envolvidos? Como organizar o trabalho pedagógico na sala de recursos multifuncionais? Esses e outros questionamentos nos impulsionam a seguir discutindo uma educação especial na perspectiva da educação inclusiva que permita aos estudantes, familiares e comunidade uma busca mais sadia pelo desenvolvimento humano do sujeito.

Sabendo que o profissional da pedagogia também estará imerso nesse contexto, procuramos problematizar como a gestão escolar interfere no trabalho pedagógico satisfatório em contextos de educação especial, mais precisamente no cenário do AEE. Para tanto, buscamos evidenciar o espaço-tempo da formação inicial como um momento crucial para o desenvolvimento do profissional a conviver com a realidade educacional. Por isso nossa preocupação com o estágio supervisionado mediante tais questões formativas.

3 MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica e de observações em sala de aula, uma obrigatoriedade do Estágio Supervisionado I. A metodologia utilizada no estágio supervisionado I foi a coleta de dados do campo de prática e observações de aulas práticas, seguindo o método qualitativo.

O primeiro momento desta investigação buscou observar 20 horas aulas no âmbito escolar na disciplina de Pedagogia, no contexto da Creche Maria Juventina Costa de Oliveira. A realização do estudo buscou uma abordagem por meio de uma pesquisa de campo, tendo como referência o desenvolvimento desta investigação e coleta de dados. A coleta de dados remete diretamente à pesquisa que se baseia em leitura de artigos acadêmicos, livros e nas diretrizes curriculares nacionais do ensino fundamental I e LDB.

Observar não é invadir o espaço do outro, sem pauta, sem planejamento nem devolução, e muito menos sem encontro marcado. A exposição das observações possibilita a apropriação do conhecimento; abrindo espaço para o que ainda não se sabe e, que precisa ser pesquisado ou estudado, para aprofundar os conhecimentos (WEFFORT, 1995).

A observação se concretiza para focalizar o olhar na construção de aspectos críticos, vinculada a uma futura ação planejada no ato reflexivo da educação, entrelaçando novas maneiras de observar, propondo questões relativa ao que cada pessoa aprendeu: o que mais significou; para aprofundar seus saberes em relação a prática do estágio supervisionado I.

Podemos também focalizar a dinâmica, entre o grupo e o objeto de estudo, buscar exercitar a prática, socializando os diferentes conflitos cognitivos e afetivos que vão surgir durante o ato de observar.

A docência realizada durante o estágio I é um espaço de tomada de consciências sobre as possibilidades da atividade mental e a escola-campo tem sido um espaço facilitador da tomada de tal consciência. Certamente que o estágio não é o único espaço de tomada de consciência e decisão sobre o ingresso na profissão. No entanto, contribui para que os estagiários tenham a oportunidade de aprender elementos da profissão juntamente com profissionais mais experientes no âmbito institucional de trabalho.

O Estágio Supervisionado II aconteceu na sala do AEE (Alunos da Educação Especial), que fazem parte do programa de educação inclusiva, onde as crianças são assistidas pela professora e seus cuidadores. E unidade escolar escolhida foi João Alves de Carvalho, localizada no município de Caiçara/PB. Nesta unidade escolar foi possível observar as aulas

da professora regente e elaborar o planejamento para as futuras regências. As atividades se concentraram na sala de Atendimento Educacional Especializado (Sala do AEE), onde estudam duas crianças e suas cuidadoras.

Durante o período de observação na sala do AEE, tivemos a oportunidade de criar laços de amizade com as crianças e participar de diversas atividades com as mesmas e suas cuidadoras. Esses momentos foram determinantes para a escolha da temática para o presente Trabalho de Conclusão de Curso.

De acordo com Gonsalves (2003, p. 28) “na escolha de um tema de pesquisa, a opção ideal é unir uma grande motivação com certa familiaridade”. Portanto, esta pesquisa parte das nossas inquietações pessoais acerca da educação inclusiva, uma vez que vivenciamos experiências escolares em interação com crianças com deficiência. Esse envolvimento com o tema pesquisado apresenta uma dimensão afetiva e pessoal, podendo nos oferecer melhores contornos para pensar o objeto de estudo.

Nesse contexto, abordar a educação inclusiva é uma tarefa de interesse profissional com a pretensão de colaborar com a teorização pedagógica acerca dos estudantes com necessidades educativas especiais. Entendemos que a urgência sobre a temática da educação inclusiva deve mobilizar os atores políticos em rede para que atuarem nos diferentes contextos.

Por sua vez, as discussões contemporâneas sobre a educação inclusiva, bem como o arcabouço legislativo caminham, cada vez mais, para a garantia do direito à educação aos estudantes com necessidades educativas especiais. Esses movimentos apresentam a importância da reflexão sobre as condições mínimas para que as escolas se tornem verdadeiros espaços de inclusão social, podendo assistir a um número crescente de educandos.

Em nossa pesquisa estamos compreendendo que o conceito de AEE foi paulatinamente ressignificando no processo histórico de construção das políticas educacionais para educação inclusiva. Para o nosso entendimento, as políticas educacionais são textos e discursos com “toda uma variedade e cruzamento de significados e interpretações” (BOWE BALL; GOLD, 1992, p.12). Essa compreensão nos distancia de uma análise sobre a política a partir de uma perspectiva macro e hierárquica, compreendendo que o processo de “implementação” da política é plural nas arenas de disputa entre os atores políticos.

Nessa perspectiva, valemo-nos do ciclo contínuo de políticas como uma representação heurística elaborada pelo sociólogo inglês Stephen Ball e colaboradores. O autor preverá três contextos políticos primordiais, denominados: contexto de influência, contexto de produção, e contexto da prática. No primeiro contexto, entendemos que e onde a

política e iniciada, onde as lutas políticas pela definição e os propósitos sociais da educação são tensionados. No contexto de produção do texto, os autores pontuam que é o momento em que os textos são formulados, expressando a política, representando-a na tentativa de controlar os significados. O contexto da prática se caracteriza como espaço onde as respostas às políticas são formuladas, pois “a política não é simplesmente recebida e implementada dentro desta arena, em vez disso ela é sujeita à interpretação e então’ recriada” [BOWE; BALL; GOLD,1992, p,23].

O Estágio Supervisionado com foco na educação inclusiva se deu durante nossas experiências nas três instituições com as quais construímos interlocuções e desenvolvemos experiências. Contudo, o trabalho de observação, planejamento e regência frente ao Atendimento Educacional Especializado aconteceu na Sala de Recursos Multifuncionais da EMEF “João Alves de Carvalho”.

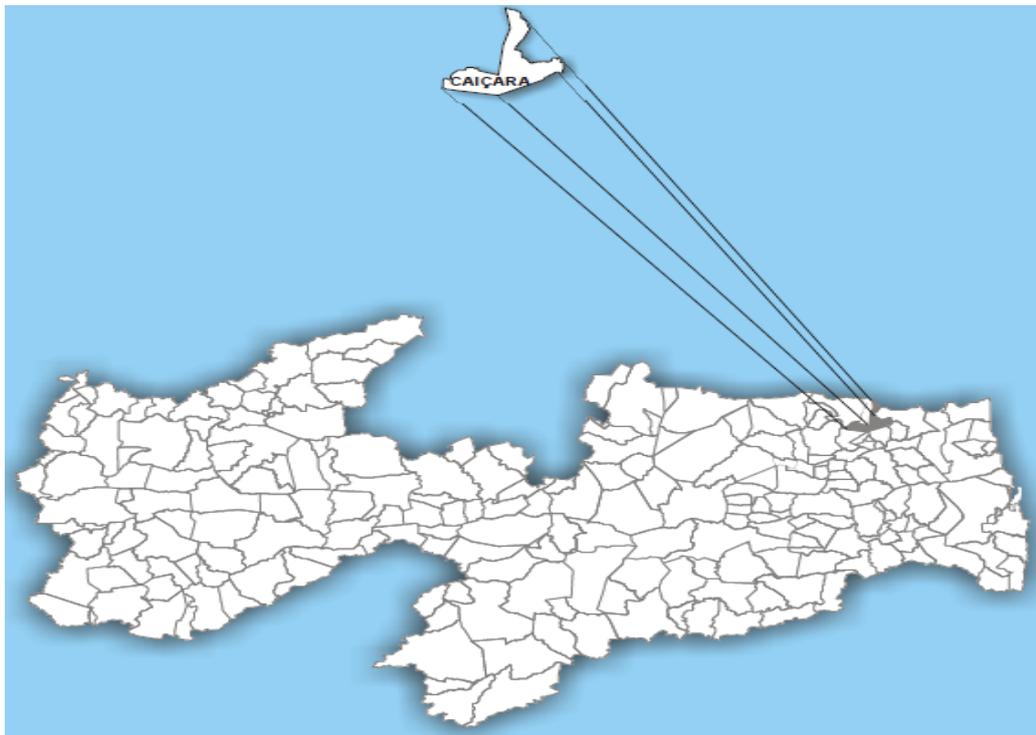
Destacamos que as experiências desenvolvidas no âmbito da Creche Municipal Maria Juventina Costa de Oliveira e do Instituto Educacional Hadassah também contribuíram para as nossas análises, diante do problema de pesquisa pontuado. Embora tenhamos selecionado como amostra as práticas desenvolvidas especificamente no AEE.

O Atendimento Educacional Especializado, como nosso espaço-tempo de pesquisa se mostra relevante diante das questões atuais sobre inclusão escolar. Portanto, a pesquisa se apresenta em momentos diversos, mas focaliza nossa experiência no estágio supervisionado no AEE, no qual pudemos vivenciar alguns episódios que favoreceram a reflexão teórico-metodológica sobre a formação docente, para atuar em contextos de inclusão na escola contemporânea.

3.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS E SOCIAIS DA ÁREA EM QUE SE INSEREM AS UNIDADES ESCOLARES PARTICIPANTES DA PESQUISA

O município de Caiçara foi criado em 1822, está localizado na Mesorregião do Agreste Paraibano e na Microrregião de Guarabira, com população estimada em 7.288 habitantes, que ocupa uma área territorial de (km²) 127, 914. Limita-se com os municípios de Logradouro, Jacaraú, Lagoa de Dentro e Serra da Raiz, no estado da Paraíba, além do município de Nova Cruz/ RN, conforme os dados coletados do Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea Estado da Paraíba. Diagnóstico do Município de Caiçara (CPRM, 2005) (Figura 1).

Figura 1: Localização do município de Caiçara/PB



Fonte: CPRM, 2005.

Conforme o Plano Municipal de Educação do Município de Caiçara de 2013 estão em funcionamento 16 escolas de ensino Fundamental, sendo 14 da rede municipal, 01 da rede estadual, primeira fase, e 02 da Rede privada. As matrículas referentes ao Censo Escolar de 2013 da rede municipal, estadual e privada nos anos iniciais do ensino fundamental, contabilizam um total de 708 alunos matriculados, sendo que nos anos finais do fundamental um total de 1.079 alunos matriculados.

Segundo o levantamento do Censo Escolar 2013, conforme dados coletados no Plano Municipal de Educação do Município de Caiçara, de cada 100 alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental do município, aproximadamente 20% estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais. E nos anos finais do ensino fundamental, de cada 100 alunos matriculados, 44% estavam com 2 anos ou mais de atraso escolar.

Deste modo, superar os primeiros obstáculos encontrados no ensino fundamental é o foco estratégico do Plano Municipal de Educação e, repensar o ensino fundamental, exige de nós que também reflitamos o currículo na escola de ensino fundamental em nosso município, uma vez que a Base Nacional Comum Curricular propõe conhecimentos basilares,

concomitantes. Sugere-nos entender as experiências do ensino aprendizagem em situações diversas, levando-nos a romper tempos e espaços de aprendizagem.

3.2 IDENTIFICAÇÃO E ESTRUTURA FUNCIONAL DAS UNIDADES ESCOLARES

3.2.1 Creche Municipal Maria Juventina Costa de Oliveira

Nosso estágio supervisionado 1 em gestão escolar foi realizado na Creche Municipal Maria Juventina Costa de Oliveira, localizada na Rua Antenor Navarro, na cidade de Caiçara/PB, foi fundada no ano de 1984, na administração do Prefeito Pedro Alvares de Meneses. Recebeu esse nome em homenagem à mãe do empresário Humberto Soares de Oliveira, proprietário de vários imóveis e propriedades localizadas no município de Caiçara e nos municípios vizinhos.

A Creche Municipal Maria Juventina Costa de Oliveira foi reformada recentemente, (2014-2015), através de uma parceria com o Governo Estadual, na gestão do Ex-prefeito Cicero Francisco da Silva, ganhando assim um novo espaço físico adequado para o funcionamento e acolhimento de crianças de 0 a 3 anos de idade do município de Caiçara (Figuras 2 e 3).

Figura 2. Aspectos da fachada da Creche Municipal Maria Juventina Costa de Oliveira, Caiçara/PB.



Figura 3. Aspectos do interior da Creche Municipal Maria Juventina Costa de Oliveira, Caiçara/PB.



Fonte: Acervo da autora, abril, 2017.

O motivo da ampliação da unidade escolar, objeto do presente estágio, ocorreu visando também atender a Meta 1 do plano Municipal de Educação (PME) que é universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

O espaço físico da Creche Maria Juventina Costa de Oliveira é composto de: uma pequena sala da direção equipada com um banheiro; Uma sala dos professores, com ar condicionado; Um banheiro para os professores; Dois banheiros para os alunos (masculino e feminino); Um refeitório; Uma sala para o berçário; Duas salas de aulas; Uma cozinha; Uma dispensa; Uma sala de leitura.

O quadro de funcionários é composto por cinco professoras, seis funcionárias para apoio pedagógico, duas Cozinheiras, três Auxiliares de serviços gerais, uma Gestora e uma Adjunta, que devem se responsabilizar em atender aos 187 alunos sendo 108 meninos e 79 meninas, segundo dados do Censo Escolar (2017). Das cinco professoras, três são funcionários efetivos e possuem o curso de Licenciatura em Pedagogia. O restante possui apenas o ensino médio completo.

Os recursos didáticos que compõem o instrumental da Creche Maria Juventina Costa de Oliveira são dois Computadores, um aparelho de *Datashow*, dois Televisores, três DVD player, uma Filmadora, três *Micro system* e uma Impressora.

3.2.2 Escola Municipal de Ensino Fundamental João Alves De Carvalho

A Escola Municipal de Ensino Fundamental João Alves de Carvalho, foi fundada em 25 de janeiro de 1981, na gestão do então prefeito Antônio Alves Sobrinho, na cidade de Caiçara, localizada na Rua da Areia, 31, Centro. Recebeu esse nome em homenagem ao seu genitor. Na década de 80 havia uma grande carência de escola no município, só existia o Grupo Escolar Dr. João Soares, e o surgimento da Escola João Alves veio satisfazer a demanda da comunidade local.

Atualmente a escola João Alves de Carvalho funciona com turmas do Ensino Fundamental II do seguimento Normal, Fundamental II, do seguimento EJA e a sala de Atendimento Educacional especializado (Sala do AEE), que foi implantada em 2018. A escola é equipada com 08 salas onde estudam 174 alunos, pela manhã, 141 à tarde e 50 à noite, totalizando 365 alunos. O corpo docente é formado por 23 professores e 3

coordenadores, sendo um para cada segmento e um para a Educação Especial. A sala do AEE apresenta um número de 25 alunos matriculados, sendo 10 da Escola João Alves e o restante das demais escolas do município. As salas de aulas não são muito lotadas, apresentam um número suficiente para o tamanho, com uma boa iluminação contendo quadro branco e ar-condicionado em todas as salas de aula.

Na *bibliotécnica* (Nome utilizado pela escola para uma sala, pois a mesma é utilizada para informática e biblioteca) há vários acervos, inclusive de pedagogia, com o horário de funcionamento pela manhã e tarde. Além da *bibliotécnica* há a sala de vídeo, com um grande acervo de vídeos com funcionamento sempre que os professores quiserem, porém é preciso que cada professor reserve seu dia e horário.

Há também a sala dos professores, o refeitório com os horários do lanche e o cardápio com o acompanhamento de uma nutricionista, um pátio, 2 banheiros para os funcionários e 12 para os alunos, ainda disponibiliza de 2 bebedouros e 2 caixas d'água.

A sala do AEE fica localizada no centro da escola dando acesso a todos os outros lugares como bebedouro, banheiro e refeitório, a sala é composta por 4 computadores, jogos educacionais, moveis adaptados para a realidade dos alunos especiais, assim como cartazes e brinquedos. Tendo também uma professora pelo horário da manhã e outra pela tarde, e o atendimento ao alunado é feito por meio de escala e horários, onde o aluno vai no contra turno para a sala do AEE e na mesma ele é atendido duas vezes por semana no período de uma hora por cada atendimento. A sala também é acompanhada por uma psicóloga que faz o papel de mostrar às famílias a necessidade de trazer o aluno especial para a sala do AEE.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Alves de Carvalho, foi construído de forma participativa por professores, coordenadores, diretores e funcionários e tem como objetivo atualizar e aprimorar as ações e metas elaboradas a partir de sugestões e reflexões da comunidade escolar.

O presente projeto tem por finalidade desenvolver um trabalho coletivo, visando melhoria do desempenho ao professor em sala de aula, baseado no relacionamento interpessoal, na organização da coletividade e na construção do conhecimento a partir da interdisciplinaridade e da contextualização.

A escola precisa ser dinâmica e flexível e está preparada para formar cidadãos criativos, críticos e que estejam dispostos a assumir desafios na sociedade em transformação partindo de um planejamento participativo, todos os esforços deverão ser empreendidos para que coletivamente consigamos realizar as mudanças necessárias para tornar nossa escola moderna atraente e de qualidade.

Quanto aos recursos didáticos, a escola disponibiliza de Data show para que facilitem as aulas a serem realizadas pelos professores. Em 2018 está sendo um ano de muita interação entre família e escola, haja vista que a comunidade está trabalhando o tema “*Humanização na Educação, uma necessidade URGENTE*”, através de reuniões, projetos e várias atividades desenvolvidas pela escola. Outras atividades ligadas a parte de Educação Informal (projetos, oficinas pedagógicas, etc). Serão incorporadas ao processo de informação docente-discente. Realização de encontros palestras, seminários e cursos de capacitação de professores.

3.2.3 Instituto Educacional Hadassah

O Instituto Educacional Hadassah é uma instituição educacional particular, fundada em 2015 e está localizada na avenida Prefeito Francisco Carneiro S/N, no município de Caiçara/PB e está sob a direção da senhora Lucimara Bernardo da Silva Pires. Atualmente a escola está com 112 crianças a maioria do sexo feminino, atendendo turmas do maternal ao quinto ano do ensino fundamental, que são atendidos por 11 professores, todos habilitados para exercer a função, além de duas auxiliares de turma e uma auxiliar de serviços gerais.

O ambiente escolar conta com 5 salas 3 banheiros, secretaria, área de circulação área de lazer e área de serviço, com um total 93,00 m². A escola dispõe de carteira para todos os alunos. Os materiais para atividades pedagógicas são disponibilizados para os professores, quando necessário.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No presente capítulo constam as descrições das atividades realizadas durante as fases do estágio Supervisionado nas unidades escolares escolhidas para a pesquisa. Neste item do nosso trabalho, discutimos os resultados da pesquisa, pontuando, sobretudo, as observações e intervenções no Atendimento Educacional Especializado.

4.1 ATIVIDADES REALIZADAS NO ESTÁGIO I - OBSERVAÇÃO

No dia 05 de Outubro de 2017, em virtude do cumprimento da disciplina Estágio Supervisionado I, do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores), da UEPB, iniciaram-se as observações na Creche Maria Juventina Costa de Oliveira no município de Caiçara/PB.

As estagiárias, autoras do presente relatório, foram recebidas pela professora, Elizabete Tomaz da Costa Pereira e a gestora da Creche Maria Luciene F. da Costa e a adjunta Edna Antero Pereira. A Priorre houve apenas uma conversa informal com a gestora e a equipe da creche onde foi possível esclarecer o objetivo do nosso estágio na instituição.

Durante os dias 10/19/26 de Outubro e 09 e 22 de Novembro de 2017 visitamos a instituição com o intuito de observar o funcionamento e a dinâmica que envolve o dia-a-dia das salas de aula na creche (Figuras 4 e 5).

Figura 4. Cotidiano das crianças na Creche Municipal Maria Juventina Costa de Oliveira, Caiçara/PB.



Figura 5. Atividades das crianças da Creche Municipal Maria Juventina Costa de Oliveira, Caiçara/PB.



Fonte: Acervo da autora, abril de 2017.

Diagnosticamos que havia uma rotina que se iniciava com a acolhida das crianças pelo porteiro, que recebia cada criança com grande entusiasmo. A receptividade observada foi

muito positiva, pois sabemos que muitas crianças que fazem parte da instituição pertencem a famílias desestruturadas emocionalmente e financeiramente e que são carentes de afeto, amor e carinho e isso fazia com que as mesmas se sentissem seguras com a figura do porteiro.

Ainda na mesma semana (dia 10) as professoras comemoravam o dia das crianças e assim promoveram um passeio para o ginásio poliesportivo da nossa cidade "O Luizão", onde lá puderam promover uma aula dinâmica e produtiva com jogos e brincadeiras, pois a infância é um momento de apropriação de imagens e de representações diversas que transmitem por diferentes canais e muitas são suas fontes. E o brinquedo é, com suas especificidades, uma das fontes que traz um suporte de ações e de manipulação lúdica para as crianças, além de formas, imagens e símbolos para que as crianças possam aprender brincando.

Em outro momento, fomos recepcionadas pela professora Elizabete Tomaz da Costa Pereira, onde se encontravam contando uma história apresentada aos alunos através do álbum seriado, com ilustrações sobre as fases da vida. E na sala ao lado estavam outras professoras, que são responsáveis pelas crianças menores, que ainda não sabem andar, e nem sabem comer sozinhas, pois são crianças de colo, e justamente encontramos a professora Maria José Vitor colocando as crianças no berçário para dormir (Figuras 6 e 7).

Figura 6. Contação da estória, Creche Maria Juventina Costa de Oliveira Caiçara/PB.



Figura 7. Crianças do Berçário, Creche Municipal Maria Juventina Costa de Oliveira, Caiçara/PB.



Fonte: Acervo da autora, abril de 2017.

Durante os dias em que ocorreu a intervenção a rotina vivida na instituição foi mantida, iniciando com a acolhida pela manhã, atividade coletiva, atividade individual, almoço, hora do sono, recreação, jantar e a despedida.

No dia 27 de Outubro, chegamos na Creche Maria Juventina Costa de Oliveira as 7:00 horas da manhã, fomos recepcionadas pela Professora adjunta da Creche Edna Antero

Pereira, pois a gestora Maria Luciene F. da Costa gestora da Creche se encontrava doente, e a gestora Luciene foi muito atenciosa, nos mostrou os dados sobre a Creche, emprestando para nós o PPP (Projeto Político Pedagógico) da creche para adquirimos os dados correto sobre a instituição e pesquisar sobre todo o processo legal da instituição de mesma.

No dia 09 de Novembro, continuamos com as observações, onde foi possível notar que com a nova reforma da creche, sua estrutura ficou mais adequada para receber as crianças, pois agora é tudo mais acessível. Inclusive, os banheiros foram adaptados para receber os alunos com bem mais conforto. Ter um lugar assim, como essa instituição é um grande prêmio para a cidade de Caiçara, um lugar onde os pais podem deixar seus filhos sem nenhuma preocupação, pois sabem que ao entardecer quando forem buscar seus filhos estarão muito bem cuidados.

4.2 ATIVIDADES REALIZADAS NO ESTÁGIO II – OBSERVAÇÃO E PLANEJAMENTO

Nesse momento onde já passamos pela experiência do Estágio supervisionado I, em gestão escolar, foi possível colocar em prática nossas observações. Iniciaremos agora o Estágio supervisionado II, em Educação Infantil, onde se pode esclarecer, a importância que a educação infantil traz na vida das crianças, podendo compreender assim uma reflexão interessante que abordaremos, sobre o privilegio da aprendizagem infantil onde é possível assimilar o aprender com o brincar.

O estágio supervisionado II aconteceu na sala do AEE (Alunos da Educação Especial), que fazem parte do programa de educação inclusiva, onde as crianças são assistidas pela professora e seus cuidadores.

No cenário político global, novos desafios são vividos no bojo das políticas públicas sociais. A educação como política social e problematizada pelo Estado e a sociedade civil na tentativa de garantir o direito de aprender de todos os cidadãos e de todas as cidadãs. Esse desafio global é pauta das discussões teóricas no campo da educação e, mais precisamente, no campo da educação inclusiva. Como garantir o direito de aprender das crianças e adolescentes com deficiência? A partir desse questionamento, problematizamos o atendimento educacional especializado realizado na escola pública, analisando o discurso docente a luz das práticas pedagógicas na sala de recursos multifuncionais.

Sendo assim, percebemos que a política educacional destinada para as necessidades educativas especiais tem se revestido de forma diferenciada em vários países. Esse

movimento foi crescente a partir da década de 1990 com as discussões em torno de uma “educação para todos” realizadas em encontros como a Conferencia de Educação Para Todos em Jomtien, na Tailândia. Nesse contexto, vários documentos internacionais foram se compilando como marcos referenciais para os países signatários construírem sua política de educação inclusiva.

No caso do Brasil, a Constituição Federal de 1988, como arcabouço da política educacional, começou a priorizar a escolarização dos estudantes com necessidades educativas especiais em escolas e salas de aulas comuns. É importante salientar que o artigo 208 traz pela primeira vez a garantia do que denominamos como Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede pública regular do ensino.

Analisar como os docentes encaram o atendimento educacional especializado realizado na escola pública é um processo necessário para compreendermos como as políticas educacionais para a educação inclusiva têm garantido o direito à educação dos estudantes com necessidades educativas especiais. Para tanto, recorreremos à análise crítica do discurso como estratégia de pesquisa, com a intenção metodológica de analisar o discurso dos professores que atuam no AEE em sala de recursos multifuncionais.

Nesse contexto, em nossas observações, constatamos que as crianças, ao chegarem à sala, eram recebidas pela professora que, carinhosamente, lhe acolhia com oração e músicas; Em seguida, fazia um círculo e lhes entregavam massinha de modelar para que realizassem exercícios motores; Depois as crianças começavam a interagir com os personagens que eles criavam. Na sequência, a professora lhes entregou lápis de cor vermelho, verde e azul para colorir o desenho. Concomitantemente, a professora auxiliava os alunos para que aprendessem a distinguir cada cor. Assim, a cada troca de cor, a professora misturava os lápis em um recipiente e pedia que eles tirassem a cor desejada.

A educação inclusiva pode favorecer bastante o desenvolvimento da comunicação oral e a construção de sentidos pelas crianças com impedimentos cognitivos, pois a plasticidade neural desempenha um papel imprescindível nesse processo (SILVA KLEIMAN, 2006). Eles estão em fase de desenvolvimento, quanto mais estímulos receberem do meio, maior desenvolvimento haverá. A professora encerrou a atividade de pintura e logo após os liberou (Figuras 8 e 9).

Figura 8. Sala do AEE da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Alves de Carvalho, Caiçara/PB.



Fonte: Acervo da autora, abril, 2018.

Figura 9. Atividade de pintura, Escola Municipal de Ensino Fundamental João Alves de Carvalho, Caiçara/ PB.



Ao iniciar a fase de planejamento utilizamos a concepção desenvolvida por Libâneo (1994, p.21), com a qual o autor entende que “o planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos de organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino”. Portanto, o planejamento de aula é um instrumento essencial para o professor elaborar sua metodologia conforme o objetivo a ser alcançado, tendo que ser criteriosamente adequando as diferentes turmas, havendo flexibilidade, caso necessite de alterações.

O processo de planejamento está presente em quase todas as ações profissionais, sendo essencial em diferentes setores da vida social, tornando-se imprescindível também na atividade docente. O planejamento de aula é de fundamental importância para que se atinja êxito no processo de ensino-aprendizagem. A sua ausência pode ter como consequência, aulas monótonas e desorganizadas, desencadeando o desinteresse dos alunos pelo conteúdo e tornando as aulas desestimulantes (Quadros 1 e 2).

**Quadro 1. PLANO DE AULA DO Atendimento Educacional Especializado (AEE).
Matemática - Tempo previsto: 20 horas semanais.**

| | |
|----------------|---|
| OBJETIVO GERAL | propiciar condições e liberdade para que o aluno com deficiência possa construir o seu aprendizado, dentro do quadro de recursos intelectuais que lhe é disponível, tornando-se agente capaz de produzir significado, conhecimento fazendo –o pensar, realizar ações em pensamentos, de tomar consciência de que são capazes de usar a inteligência de que dispõem. |
| Atividades | Artes visuais; pintura e desenho |
| Descrição | Apresentar o desenho como o tema festivo juninos, para os alunos e fazer uma leitura visual coletiva da imagem e logo após pintar com lápis de cor a imagem ilustrada. |
| Objetivo | fazer uma leitura visual da imagem ilustrada ; festejos juninos |

| | |
|-----------|--|
| | Possibilita o desenvolvimento da criatividade. Movimento - psicomotricidade Desenvolver nas crianças a coordenação grossa e os movimentos do corpo Trabalhar juntos com eles a concentração. |
| Atividade | Lateralidade [coordenação motora] |
| Descrição | Apresenta a corda para que a criança mantenha o equilíbrio , e em seguida explicar os movimentos que eles terão que fazer ,após pedir para que os alunos junto com a professora imitem os movimentos que ela fizer . |

Quadro 2. PLANO DE AULA DO Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Matemática - Tempo previsto: 20 horas semanais.

| | |
|--------------------|--|
| Atividade | Brincadeira da pescaria |
| Descrição | Apresenta as crianças os números contidos nos peixinhos dentro da caixa, em seguida explicar como a brincadeira funciona, focando na ideia de que o importante é pescar o peixinho e dever reconhecer o número que está nele; Apresenta os números 0 a 10 contidos nos peixinhos. Brincar de pescaria com crianças desenvolvendo a concentração e coordenação motora de cada um. |
| Objetivo | Trabalhar nas crianças o trabalho em equipe através da brincadeira com a pescaria. |
| Recursos materiais | 1 Atividades xerocadas 2 Lápis de cor, cartolina, EVA 3 Caixa , Areia, Anzol , Corda |

4.3 ATIVIDADES REALIZADAS NO ESTÁGIO III - OBSERVAÇÃO, PLANEJAMENTO E PRÁTICA

Nos dias 24, 25, 26, e 28 de setembro foram observados os alunos da sala do segundo ano do ensino fundamental 1 no Instituto Educacional Hadassah. A mesma é composta por 6 alunos (2 meninas e 4 meninos). Foi observado durante esse período que a professora é muito carismática, pontual e cheia de boas intenções para com as crianças. As crianças são hiperativas e não conseguem ficar por muito tempo sentadas ou mesmo caladas. Nos primeiros momentos a professora convida a todos a ficarem de pé para assim fazer a oração do dia e em seguida canta algumas músicas nas quais elas participam com entusiasmo.

Nos entanto, foi possível observar que as crianças são muito lentas para habilidades escritas precisa-se de muita paciência e habilidade para que as mesmas consigam concluir com êxito as suas atividades de classe. Na ocasião, a professora estava trabalhando uma sequência didática sobre o trânsito, pois seria a semana do trânsito. A culminância do projeto foi realizada com um percurso montado na praça, onde os alunos trouxeram bicicletas, velocípedes, patins, skates e motos elétricas.

Durante a fase de planejamento optou-se pelo ensino da matemática. Tal ensino, quando bem realizado, pode proporcionar o desenvolvimento do raciocínio lógico das crianças, além de estimulá-las com o próprio pensamento, a criatividade e a capacidade de resolver problemas. Para a etapa de planejamento foi elaborado o seguinte plano de aula:

Quadro 3. Plano de aula

2º Ano do Ensino Fundamental 1 - Instituto Educacional Hadassah

| | |
|------------------------|--|
| Objetivo geral | Despertar no aluno o interesse pelas quatro operações básicas da matemática, fazendo com que encontrem soluções para a resolução dos problemas, não só na escola com também na vida cotidiana, priorizado o gosto de aprender a partir do lúdico, pois aprender brincando faz com que a criança adquira prazer pelo ato de aprender. |
| Objetivos Específicos | Desenvolver o raciocínio matemático; Resolver desafio matemáticos; Ler e interpretar problemas; Armar e efetuar adição, subtrações estimular o gosto pela matemática traves do lúdico; Compreensão o conceito de edição por meio do jogo de boliche. Instigar a criança a ampliar o pensamento numérico; |
| Dados de identificação | O jogo boliche matemático e proposto do 2 ano do ensino fundamental, como faixa etária entre 6 e 7 anos de idade. A aula terá o seguinte tema "" conceituando adição meio do jogo de boliche. |
| Material didatico | Garrafa pet Cartolina Canetas hidrocor Quadro branco |
| Avaliação | Será realizada de forma diagnostica e continua, observando a participação dos alunos, seu interesse, além das dificuldades e avanços de cada um durante a realização das etapas propostas ao longo, bem como o cumprimento das regras estabelecidas, sempre considerando se a turma conseguiu alcançar os objetivos propostos; o {a} professora {a} também estará analisando o nível de compreensão e desenvolvimento das crianças, garantindo a aprendizagem destas quanto a aquisição do conceito de números |
| REFERENCIAS | BRASIL Ministério Da Educação. Secretaria Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais; matemática {1 e 2 ciclos do Ensino Fundamental}. Brasília; MEC/no SEF. 1997 . 142 p. DIANA Viviane BIASON COMES; CONTI, Keli Cristina. A importância do jogo de boliche no auxílio a aprendizagem de matemática dos alunos do 1ano do Ensino Fundamental. Revista Eletrônica Interdisciplinar/Matinhos/ vol. 5. N.2.p, 1-136.jul. dez.2012. KRANZ. Claudia Rosana. Educação Matemática e Exclusão In--- Os jogos com regras na educação matemática inclusiva. Dissertação {Mestrado em Educação}. 2011.p29-40. NUNES, T; Bryant, p. Começando a contagem. In-----Crianças fazendo matemática. Porto Alegre; Artes Medicas. 1997.p.35-53. {1} As regras do jogo serão construídas coletivamente, no quadro com mediação do{a}professor {a}; |

Assim, percebe-se que os jogos poderão ser utilizados como recursos pedagógicos eficazes para construção do conhecimento matemático, contribuindo de modo significativo a condição de aprendizado dos alunos.

Logo, o boliche matemático proporciona maior aprendizado por meio da brincadeira, desenvolvendo o conhecimento dos algarismos, comparação de conjunto, envolvendo noções de distância, espaço, força, construção de democracia, através da elaboração do conjunto de regras a coordenação, quando os alunos tentam acertar as garrafas.

Desta forma é imprescindível que os educadores busquem formas que permitam uma melhor aprendizagem e que venha desenvolver a autoconfiança, a organização, atenção, raciocínio lógico-dedutivo e o senso cooperativo.

Durante a prática (intervenção), as crianças foram recebidas com muito carinho e quando todos chegaram iniciamos as apresentações. Pedi que as mesmas se apresentassem falando o seu nome e o que elas gostavam de fazer. Em seguida fizemos a oração do dia pedindo proteção, saúde e um dia abençoado para todos. Cantamos músicas infantis variadas e todos participaram e se divertiram. Aproveitado o ensejo sobre a semana do trânsito preparamos uma atividade sobre o semáforo, suas cores e significados. Finalizamos a atividade com a música “Atravessar a rua”, de “Xuxa só para baixinho”.

A semana foi muito proveitosa, pois é um tema imprescindível para a educação e também métodos de prevenção de acidentes. Foi montado um circuito na praça para a culminância do projeto. Senti que as crianças gostam bastante de vir à escola, gostam da criatividade das professoras e do carinho que as mesmas demonstram. Dessa forma, trabalhar os conteúdos se torna bem mais fácil e proveitoso.

No segundo dia de intervenção, iniciamos com a atividade lúdica, com jogos de boliche. A turma foi dividida em duplas e cada dupla que lançava a bola e derrubava as garrafas. Cada garrafa era marcada com um número aleatório e os alunos teriam que efetuar a adição dos números contidos nas garrafas que viessem a derrubar. As contas eram feitas oralmente e no quadro os alunos armavam e efetuavam a adição (Figuras 10 e 11).

Figuras 10 e 11. Atividades de matemática utilizando o jogo de boliche no Instituto Educacional Hadassah, Caiçara/PB.



Fonte: acervo da autora, 2018.

Com essa prática acreditamos que o processo de aprendizagem na escola deve ser construído então tomando como ponto de partida o nível de desenvolvimento real da criança. Na escola o aprendizado é um resultado desejável e o próprio objetivo do processo escolar, a intervenção é um processo pedagógico privilegiado.

O ambiente escolar é um campo de pesquisa riquíssimo. No entanto, para que esse ambiente se torne alvo de pesquisas e trabalhos, que pensem e elaborem formas de melhores é até sanar as questões educacionais, é preciso uma integração entre universidade e escola, ou seja, teoria e prática.

Essa incorporação promove diretamente a articulação da prática e teoria, tornando os processos vivenciados na escola em produto da pesquisa feita no ambiente escolar. Dessa forma, investir em estudos que compreendam a pesquisa como eixo da produção de conhecimento e os estágios como eixo da articulação teoria/prática, é essencial para as melhorias na proposta curricular dos cursos de licenciaturas (SCHAFFRATH, 2007).

Toda criança tem seu aprendizado próprio, cabe a elas aprimorarem seus conhecimentos percebendo o mundo que está ao seu redor. Enquanto crianças, elas já possuem relativa noção, mas cabe aos professores lapidar esse aprendizado para proporcionar o seu desenvolvimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi desenvolvido tomado como referência o Estágio Supervisionado, em suas fases de observação, planejamento e prática, permitindo-nos conhecer a rotina de três escolas do município de Caiçara/PB, sendo duas escolas públicas e uma particular. O Estágio possibilitou conviver com diversas crianças em uma sala de aula, bem como lidar com imprevistos e resolver conflitos pertencentes a esse contexto.

Ao final de cada etapa foi possível decidir se vale a pena encarar os desafios diários. Desse modo, a experiência de estágio foi proveitosa, pois pudemos perceber o quão importante é a educação infantil e o trabalho nas escolas, desde a creche, com crianças de 0 a 3 anos, até os anos iniciais do ensino fundamental, particularmente no âmbito do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Durante o estágio I, foi possível entender e valorizar todo o processo de atividades com as crianças da creche Maria Juventina e constatar o grande compromisso que as profissionais dessa instituição têm para com as crianças.

Durante o Estágio II tivemos a oportunidade de conviver com as crianças inseridas no programa da educação inclusiva (AEE). Essa educação não acontece apenas colocando o aluno com deficiência dentro da escola, ou seja, é necessário que ocorra todo um trabalho em equipe para que ele seja recebido de maneira adequada. Desse modo, é importante a presença de psicopedagogos na sala de AEE que apresente um trabalho diferenciado. Em outras palavras, é no ambiente da sala de AEE que vão ser trabalhadas todas as dificuldades dos alunos especiais, com o objetivo de fazer com que aconteçam mudanças positivas durante o processo de aprendizagem.

Durante o Estágio III tivemos a oportunidade de conhecer o ambiente da escola particular e suas dificuldades para lidar com quadro de funcionários, estrutura física da escola, alunos e seus pais. Na escola particular as exigências das famílias de alunos são maiores, principalmente no que diz respeito ao aprendizado dos seus filhos. Assim, foi possível elaborar atividades bem criativas e participantes para proporcionar um melhor aprendizado dos conteúdos obrigatórios.

Muitas vezes os/as educadores se prendem numa rotina idealizada com atividades propostas para a criança, pensado em um espaço apropriado, desconsiderando a realidade de nosso cotidiano e de nossas crianças, não querendo ver o visível. Isso acarreta em projetar nas crianças aquilo que elas não são e desconstruir isso acaba sendo um caminho difícil, porém

necessário. Uma prática que respeita os direitos das crianças, que busque conhecê-las melhor para trabalhar com elas.

Devemos pensar a criança como um campo fértil, para instigá-la e desenvolver as suas curiosidades, considerá-la como um ser social que tem muito tempo, de sua multiplicidade, nos convida a tomar distância para refletir sobre nossas ações para entender o vai-e-vem imprevisível de suas vontades, é fundamental para cumprir nosso papel na educação infantil.

Então, nós que fazemos parte deste universo que é a educação, assumimos um compromisso com a mudança e com a transformação da realidade. Nesse sentido, mudar a organização do espaço, da rotina e práticas na educação das crianças, é mudar atitudes, é reconhecer e buscar uma pedagogia que respeite a condição de ser criança em suas diferenças.

Diante dos dados analisados até o momento verificamos que o relatório de estágio supervisionado é um documento que possibilita ao aluno/estagiário registrar nele reflexões concernentes ao seu fazer docente, servindo-nos de reflexão teórico-metodológica sobre a prática educativa e o agir do pedagogo em diversos contextos como, por exemplo, na docência em escolas inclusivas que possibilitem a transformação social e a emancipação de sujeitos com deficiência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, LBP. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BERNARDY, Katieli ; Paz, Dirce Maria Teixeira , **IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES**, XVII Seminário Interinstitucional de ensino, pesquisa e extensão. Anais: Unicruz,1- 4, 2012. Disponível em: <<https://scholar.google.com>>. Acesso em 22/03/2019.

BOWE, Richard; BALL, Stephen J.; GOLD, Anne. **Reforming Education e Changing Schools**. Londres e Nova York, 1992.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO.1994.

BRASIL. MEC/SEB. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Fundamental I**, Parte I - Bases Legais. Parte II - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Parte III - Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Parte IV - Ciências Humanas e suas Tecnologias, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Versão final. Disponível em:<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em 22/03/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Parecer CNE/CP n. 28, de outubro de 2001. **Dá nova redação ao parecer n. CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 jan. 2002.

CAIÇARA/SME. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea estado da paraíba**. DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA, Outubro/2005.

CAIÇARA/SME. **Projeto Político-Pedagógico da Creche Municipal Maria Juventina Costa de Oliveira**, 2016.

CAIÇARA/PB. LEI N° 380, de 17 de Junho de 2015. **Plano Municipal de Educação de Caiçara/PB (PME)**, 2015.

CENSO, IBGE- **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=250360>>. Acesso em: 17/04/2017.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n.292, de 14 de novembro de 1962. **Matérias pedagógicas para a licenciatura. Documenta**. Brasília, n.10, p.95-101, dez./1962.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). *Parecer n. 15, de 1 de junho de 1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília, DF, 1998.

COSTA, Claudio Ferreira. *Filosofia da linguagem*. Zahar, 2002. 60p.

COSTA, Ismael Severino. *Caiçara, caminhos dos almocreves*. 1990, Ed. Micográfica, p. 5 – 285.

CPRM- Serviço Geológico do Brasil. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea**. Diagnóstico do município de Caiçara, estado da Paraíba. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

DINIZ Pereira, Júlio Emílio. **Formação de professores, trabalho docente e suas repercussões na escola e na sala de aula**. *Educação & Linguagem*, São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, ano 10, n. 15, p. 82-98, jan./jun. 2007.

FELÍCIO, Helena Maria dos Santos; OLIVEIRA, Ronaldo Alexandre. A formação prática de professores no estágio curricular. Curitiba, Editora UFPR, n. 32, 2008, p.215-232.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 3.Ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991.

LIMA, Maria da Glória Soares Barbosa. Sujeitos e saberes: movimento de autor reforma da escola. In: MENDES, Sobrinho, José Augusto de Carvalho; CARVALHO, Marlene Araújo de (Orgs.). **Formação de professores e práticas docentes: olhares contemporâneos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.31-39.

MILANESI, Irton. **Estágio supervisionado: concepções e práticas em ambientes escolares**. In: Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Editora UFPR, n. 46, out./dez. 2012, p. 209-227.

MORAIS, Regis. **Estudos de filosofia da cultura**. Edições Loyola, 1992.

PARAIBA. MINISTÉRIO PÚBLICO. **Projeto na escola, com respeito: coletânea de legislação/ ministério público**. - João Pessoa: MPPB/ CAOP de Defesa a Educação/ Promotorias da Educação, 2010.

RELLY, Lucia Helena. **Escola Inclusiva: linguagem e mediação**. Papyrus editora.2004.

RLM, Assis. **A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção**. In: Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 203-211, jul./dez. 2012.

RODRIGUES, M. A. Quatro visões diferentes sobre o estágio supervisionado. In: **Revista Brasileira de Educação**,v.18,N.55,Out – Dez 2013,p.1009 – 10067.

SANTOS, CM dos. **Na prática a teoria é outra.** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.p.71-89.

SASSAKI . Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos .7. ed. Rio de Janeiro.WVA.2006.

SILVA, Geciene. **Cardoso da. Processos de degradação Ambiental ao longo do rio Curimataú Caiçara-PB** (monografia de graduação em Geografia). orient. Prof. Dr. Luciene Vieira de Arruda. Guarabira/PB, 2014. 49p.

SILVA, Leandro. José. **A prática da docência em Filosofia no Âmbito escolar**, através do Estágio supervisionado. Trabalho de Conclusão de Curso de Filosofia, 2006.

SMELTER,R.; FRASCH, B;YUDEWITZ,G. **Thinking of inclusion for all special needs students.** Better think again. Phi Delta Kappan, 1994.

TELES, Maria. L. S. **Infância.** Livro Coletânea de textos didáticos, n.09, Ano 2013, p. 09 - 24.

VYGOTSKY. Lev Semenovich. **Obras escogidas Fundamentos de defectologia.** Madrid; Visor.1997

WEFFORT, Madalena F. Educando o olhar da observação. In : WEFFORT, Madalena F. (Org.) **Observação - Registro - Reflexão : instrumentos metodológicos I.** São Paulo : Espaço Pedagógico, 1995

WOODS, Peter. Aspectos sociais da criatividade do professor. In: NÓVOA, António (Org.). **Profissão professor.** Porto-PT: Porto. Editora, 1999.